

Videolar- Innova S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	11
Balancos patrimoniais	15
Demonstrações de resultado	16
Demonstrações do resultado abrangente	17
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	18
Demonstrações dos fluxos de caixa	19
Notas explicativas às demonstrações financeiras	20



Barueri, 25 de fevereiro de 2019.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A administração da Videolar-Innova S/A, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à sua apreciação o **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis do Exercício de 2018**, com suas notas explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, que contemplam os pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aplicáveis às suas operações.

INNOVA: CAPITAL INTENSIVO, SUPERAÇÃO CONSTANTE PETROQUÍMICA LÍDER EM PRODUTOS ESTIRÊNICOS E TRANSFORMADOS PLÁSTICOS

A Companhia comemorou seus trinta anos em 2018 com investimentos intensivos para a ampliação de absolutamente todas as suas áreas produtivas. O destaque está na duplicação da planta de monômero de estireno (SM) à capacidade de 420 mil toneladas/ano. As obras na Unidade II, Polo Petroquímico de Triunfo (RS), mobilizam mais de R\$ 500 milhões e se concluem em maio de 2019.

O monômero de estireno (SM) é produto de papel central na economia, presente em aplicações da importância do asfalto, pneus, tintas, borrachas. É também matéria-prima essencial para as próprias resinas petroquímicas fabricadas pela Innova: os poliestirenos de uso geral (GPPS), alto impacto (HIPS) e expansível (EPS).



O poliestireno (PS) possui presença maciça na vida das famílias, nas mais diferentes formas: das canetas, copos, pratos e talheres descartáveis aos gabinetes de TVs e refrigeradores. Das réguas, botões, cabides, bandejas espumadas para frios, copos e potes de iogurte às máquinas de lavar roupa.

Nosso Centro de Tecnologia em Estirênicos (CTE), localizado na Unidade II, em Triunfo (RS), é referência internacional na produção de expertise técnica. Conquistamos, em 2018, a patente de invenção do *Clear HIPS R 350L*, classe de poliestireno com características de transparência, brilho e flexibilidade sem similar entre os tipos produzidos no Brasil. O CTE da Innova ganhou uma área específica para os desenvolvimentos do poliestireno expansível (EPS), com equipamentos de ponta e planta piloto.

RITMO DOS INVESTIMENTOS E AMPLIAÇÕES

Logo no primeiro semestre de 2018 foram concluídas as obras de uma nova linha de produção da resina petroquímica poliestireno expansível (EPS): apenas dois anos após o lançamento do produto, duplicamos sua capacidade produtiva às 50.000 toneladas/ano. O poliestireno expansível (EPS) é utilizado nas embalagens térmicas da indústria farmacêutica, nas embalagens técnicas para transporte de itens como linha branca e eletroeletrônicos, bem como pela construção civil, no preenchimento de lajes, além das obras de infraestrutura, na estabilização de solos. É forte seu potencial de mercado, tanto na substituição das importações (o Brasil importa metade do que consome) quanto nas exportações. O poliestireno expansível (EPS) Innova já foi homologado por grandes consumidores do cenário global.

No segmento da transformação plástica, o ano também foi marcado por ampliações estratégicas: concluída a montagem da terceira linha de fabricação dos filmes plásticos de polipropileno biorientado (BOPP), com tecnologia capaz de produzir variedades com até cinco camadas. Os filmes de BOPP são produzidos em nossa Unidade I, fábrica no estado da arte em Manaus (AM), com 65 mil metros quadrados e mais de R\$ 600 milhões investidos.



A amplitude desse produto é compreensível ao se olhar para os corredores de um supermercado: o BOPP está por toda parte, onipresente nas embalagens flexíveis, 100% recicláveis e com barreira eficaz contra o oxigênio. Ele preserva frescor e propriedades de alimentos como chocolates, biscoitos, salgadinhos aperitivos, barras de cereais, picolés e inúmeros outros. Está também presente nas fitas adesivas, rótulos de garrafas e num universo de aplicações.

A Companhia fabrica o BOPP ao transformar a resina polipropileno (PP) em filmes plásticos que são esticados nos dois sentidos, largura e comprimento, ou seja, biorientados. Além da proteção, os filmes plásticos de BOPP devem ser capazes de entregar o melhor resultado visual, em dia com recursos gráficos cada vez mais arrojados.

Na Unidade I, em Manaus (AM), opera também a planta de fabricação de tampas plásticas para águas minerais, sucos e refrigerantes, com capacidade de 300 milhões de unidades/mês. A partir de Manaus, atende as marcas mais prestigiosas do mercado brasileiro e conquistou a rigorosa certificação FSSC 22000 na gestão de riscos voltados à segurança dos alimentos. Em 2018, foi iniciada a implantação de nova linha destinada às águas minerais, mercado em notável crescimento.

Todas as plantas industriais da Innova obtiveram a recertificação nas normas ISO 9001 e 14000.

O ano de 2018 legou também à Innova um importante reconhecimento público: a classificação como Empresa Destaque da Região Norte pelo Anuário Estadão Empresas Mais 2018, *ranking* elaborado pelo jornal O Estado de S. Paulo com apoio técnico da *Austin Rating* e Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo (FIA USP).

Outro destaque da mais alta relevância: recebemos da cliente Whirlpool, fabricante das marcas Brastemp e Cônsul e maior empresa de eletrodomésticos do mundo, o prêmio *Supplier Award Quality Excellence*, que contempla padrões de excelência em qualidade, zero defeito, estabilidade e desempenho técnico da resina poliestireno (PS), produzida pela Innova em Triunfo (RS) e Manaus (AM).



A partir de maio, duplicada a capacidade de fabricação do monômero de estireno (SM) e concluídas todas as demais ampliações, a Innova estará ainda mais preparada para acompanhar e fomentar o crescimento de mercado, sempre sob a ótica da sustentabilidade, longo prazo, capital intensivo e superação tecnológica.

PENSAMENTO CORPORATIVO:

MISSÃO:

Liderar em nossos negócios, oferecendo confiança e laços fortes aos clientes, postura sustentável ao meio-ambiente e desejado retorno aos acionistas.

VISÃO:

Saber ouvir, desenvolver e entregar: há sempre uma necessidade clara. Uma Companhia líder apresenta soluções.

VALORES:

Conduta comprometida e ílibada;
Capacidade de adaptação;
Foco total nas demandas do cliente.

GOVERNANÇA & ORGANIZAÇÃO

A Innova busca de forma incessante o aperfeiçoamento das suas práticas de governança corporativa. Está no cerne de sua filosofia empresarial atuar como exemplo de boas práticas e transparência perante seus colaboradores, acionistas, clientes e comunidade. Nesse sentido, a Companhia mantém um núcleo de *Compliance*, sob gestão da Diretoria Jurídica.

A estrutura de governança da Innova conta com uma área de Auditoria Interna incumbida de monitorar essas boas práticas da Companhia e avaliar os sistemas de controles internos.



O Manual do Colaborador da Innova, disponibilizado à integralidade dos funcionários, objetiva ser referência para a conduta pessoal e profissional, tomando como base os valores e princípios que sustentam a Missão, Visão e Valores da Companhia.

Ética na prática

Desde sempre e contemplando também o ensejo, em 2014, da edição da Lei Anticorrupção no Brasil, a Companhia desenvolve iniciativas internas que dão aos seus colaboradores amplo conhecimento do referido diploma legal, disseminando a orientação necessária para o melhor entendimento prático e adesão ao espírito que moveu a edição da referida lei.

Mesmo tendo capital fechado, a Innova faz questão de contar com uma empresa de auditoria externa que integra o grupo conhecido como *Big Four*, para análise dos seus resultados.

A política da Companhia para com os auditores independentes se fundamenta em princípios que preservam a autonomia desses profissionais. De acordo com as normas internacionalmente aceitas, eles consistem em:

- (A) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho;
- (B) o auditor não deve exercer funções de gerência de seu cliente; e
- (c) o auditor não deve promover os interesses de seus clientes.

A estrutura organizacional da Innova está desenhada para integrar os processos críticos na gestão da Companhia:



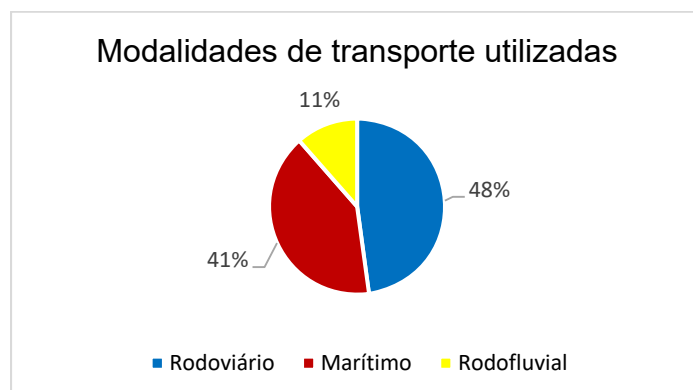
O Conselho de Administração é o órgão de orientação e direção superior da Companhia. Cabe a ele fixar a orientação geral dos negócios e definir missão, objetivos, estratégias e diretrizes.

A Diretoria Executiva funciona como órgão colegiado e exerce a gestão dos negócios de acordo com a missão, os objetivos, estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

DESEMPENHO COMERCIAL

O total geral das vendas anuais superou as 430.000 toneladas.

A distribuição dos volumes vendidos no exercício contratou aproximados 18.000 embarques. O gráfico exhibe a participação percentual de cada modal:



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

VIDEOLAR-INNOVA S/A I Desempenho Econômico-Financeiro (em milhares de R\$)

	2018	2017
ATIVO TOTAL	3.238.156	2.636.429
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.819.583	1.691.292
ENDIVIDAMENTO (DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA)	1,37x	1,34x
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	3.041.503	2.551.790
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.597.630	2.191.921
LUCRO BRUTO	412.538	400.717
EBITDA (LAJIDA)	409.668	357.461
Margem EBITDA (%)	15,77%	16,30%
RESULTADO FINANCEIRO	(130.218)	(16.879)
LUCRO LÍQUIDO	132.817	157.939
INVESTIMENTOS REALIZADOS (CAPEX)	330.999	145.858

PERSPECTIVAS PARA 2019

Já no primeiro semestre do ano, duplicada a planta do monômero de estireno (SM), nosso principal insumo, atingiremos patamar sem precedentes em capacidade produtiva como um todo.

Nos negócios do poliestireno (PS) temos previstos lançamentos de novos tipos (ou *grades*) que vão garantir aumento de performance nas linhas de produção dos clientes transformadores em geral. Nesse desafio, somos lastreados pelo nosso Centro de Tecnologia em Estirênicos (CTE).



No segmento do polipropileno biorientado (BOPP), a nova gama de filmes plásticos com cinco camadas amplia nosso portfólio, tornando-o ainda mais completo e com foco em aplicações de maior desempenho e valor agregado para toda a cadeia.

Na área de tampas plásticas para águas minerais, sucos e refrigerantes, será o ano de consolidação de nossa marca e busca da liderança do mercado nacional.

Todos os investimentos e ampliações se fundamentam em estratégias de longo prazo que convergem ao pilar da sustentabilidade: em 2019, a Companhia promoverá uma guinada de melhoria em sua matriz energética na petroquímica de Triunfo (RS), através da adoção do gás natural, em substituição ao óleo combustível. O gás natural é energia limpa e de menor impacto ao meio ambiente nos quesitos de emissão de CO₂, óxidos de nitrogênio e particulados. A medida produz significativa redução em emissões atmosféricas, substituindo o consumo ao redor das 10.000 toneladas de óleo combustível por ano. A alteração da matriz energética está em linha com o conjunto de diretrizes em sustentabilidade estabelecidas no planejamento estratégico da Innova.

É dessa forma, com visão de longo prazo, que a Companhia cria valor para os clientes, acionistas, colaboradores e sobretudo para toda a sociedade, com impacto socioeconômico virtuoso nas regiões onde atua, aumentando a competitividade em toda a cadeia produtiva da petroquímica e dos transformados plásticos, sem perder o foco na disciplina financeira.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas, pela confiança e incentivo. Aos clientes pela sua preferência. Aos fornecedores e instituições financeiras pelo apoio e parceria. E aos nossos colaboradores pelo comprometimento e dedicação, fundamentais para o nosso sucesso.



KPMG Auditores Independentes

Av. Dionysia Alves Barreto, 500 - 10º andar - Cj. 1001 - Centro

06086-050 - Osasco/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 2856-5300

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da

Videolar Innova S.A.

Manaus - AM

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Videolar-Innova S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Videolar-Innova S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável de ativo intangível com vida útil indefinida (ágio) e ativo fiscal diferido - notas explicativas 6.7, 6.10, 15.1 e 25

A Companhia mantém um saldo significativo de ativo intangível com vida útil indefinida (ágio) e ativo fiscal diferido, cuja recuperabilidade é baseada em análises e projeções de fluxos de caixa e geração de resultados. A Companhia exerce julgamento significativo na determinação das projeções de fluxos de caixa e de lucros tributáveis futuros que são baseadas em premissas que refletem o seu ambiente econômico e operacional, especialmente as estimativas da produção e vendas, a inflação e as taxas de desconto e de crescimento econômico. Devido ao significativo grau de julgamento das estimativas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa e lucros tributáveis futuros e do impacto que eventuais mudanças nessas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Efetuamos o entendimento do processo de avaliação do valor recuperável do ágio e de determinação do valor do ativo fiscal diferido e avaliamos o desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável e ao ativo fiscal diferido disponibilizados pela Companhia. Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas, tais como as estimativas da produção e vendas, a inflação e as taxas de desconto e de crescimento econômico utilizadas pela Companhia nas projeções de fluxos de caixa e de lucros tributáveis futuros. Adicionalmente, com o auxílio dos nossos especialistas em impostos, avaliamos se a base fiscal utilizada para o cálculo dos tributos diferidos era apropriada tendo como referência a legislação tributária vigente. Avaliamos também as divulgações efetuadas pela Companhia relativas ao ágio e aos tributos diferidos e relativas à análise de sensibilidade que demonstram o impacto sobre o valor recuperável resultante de possíveis e razoáveis mudanças nas premissas-chave utilizadas pela Companhia.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o reconhecimento do ativo intangível com vida útil indefinida (ágio) e do ativo fiscal diferido são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 25 de Fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-028567/F


Juliana Leonam de Araujo Braga
Contadora CRC 1SP-251062/O-5

Videolar-Innova S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	11.309	6.080	Empréstimos e financiamentos	16	286.651	198.821
Contas a receber	9	480.787	462.307	Instrumentos financeiros	28	517	12.623
Estoques	10	534.680	264.084	Fornecedores	17	734.867	351.365
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	25.c	3.152	583	Obrigações com pessoal e encargos sociais		26.344	24.151
Impostos a recuperar	11	29.316	18.980	Obrigações fiscais		11.824	8.121
Outras contas a receber	12	4.607	3.825	Outras obrigações		41.568	36.621
Adiantamento a fornecedores		54.281	12.324				
Despesas antecipadas		4.267	3.471			1.101.771	631.702
		<u>1.122.399</u>	<u>771.654</u>				
Não circulante				Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferido	25.a	158.640	189.754	Empréstimos e financiamentos	16	283.502	275.126
Contas a receber	9	8.826	8.404	Provisão para contingências	18	18.689	16.262
Impostos a recuperar	11	46.382	16.723	Outras obrigações		14.611	22.047
Outras contas a receber	12	2.234	5.206			316.802	313.435
Depósitos judiciais	18	15.433	13.588				
		<u>231.515</u>	<u>233.675</u>				
Patrimônio líquido				Patrimônio líquido			
Propriedade para investimento	13	204.354	185.312	Capital social	19.a	686.832	686.832
Imobilizado	14	1.418.853	1.160.830	Reservas de incentivos fiscais	19.e	954.802	781.646
Intangível	15	261.035	284.958	Reserva legal	19.c	40.193	33.552
		<u>1.884.242</u>	<u>1.631.100</u>	Reservas de lucros	19.f	40.909	92.254
				Ajuste de avaliação patrimonial	19.b	96.847	97.008
				Patrimônio líquido		<u>1.819.583</u>	<u>1.691.292</u>
		<u>3.238.156</u>	<u>2.636.429</u>			<u>3.238.156</u>	<u>2.636.429</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Videolar-Innova S.A.

Demonstrações de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	20	2.597.630	2.191.921
Custo dos produtos vendidos	21	<u>(2.185.092)</u>	<u>(1.791.204)</u>
Lucro operacional bruto		412.538	400.717
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e vendas	22	(179.750)	(169.264)
Realização de mais valia		(23.290)	(31.683)
Outras receitas operacionais, líquidas	23	<u>90.865</u>	<u>43.700</u>
		<u>(112.175)</u>	<u>(157.247)</u>
Receitas financeiras	24	33.999	41.597
Despesas financeiras	24	(52.748)	(110.660)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	24	<u>(111.469)</u>	<u>52.184</u>
Receita (despesas) financeiras líquidas		(130.218)	(16.879)
Resultado antes dos impostos		170.145	226.591
Imposto de renda e contribuição social corrente	25.b	5.867	(10.808)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.b	<u>(43.195)</u>	<u>(57.844)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>132.817</u>	<u>157.939</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Videolar-Innova S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Resultado do exercício	132.817	157.939
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	132.817	157.939
Resultado abrangente atribuível aos Acionistas controladores	<u>132.817</u>	<u>157.939</u>
Resultado abrangente total	<u><u>132.817</u></u>	<u><u>157.939</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Videolar-Innova S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucro			Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	686.832	97.170	25.655	672.794	42.943	-	1.525.394
Ajuste de avaliação patrimonial	-	83	-	-	-	-	83
Realização da reserva de incentivos fiscais IRPJ	-	-	-	7.876	-	-	7.876
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	157.939	157.939
Realização de ajuste patrimonial	-	(245)	-	-	-	245	-
Constituição de reserva legal	-	-	7.897	-	-	(7.897)	-
Constituição de reserva para incentivos fiscais	-	-	-	100.976	-	(100.976)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	49.311	(49.311)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	686.832	97.008	33.552	781.646	92.254	-	1.691.292
Ajuste de avaliação patrimonial	-	84	-	-	-	-	84
Diminuição da reserva de incentivos fiscais IRPJ 2017	-	-	-	(4.610)	-	-	(4.610)
Utilização de reserva de lucros para constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	32.803	(32.803)	-	-
Lucro do período	-	-	-	-	-	132.817	132.817
Realização de ajuste patrimonial	-	(245)	-	-	-	245	-
Constituição de reserva legal (nota 19.c.)	-	-	6.641	-	-	(6.641)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais (nota 19.e)	-	-	-	144.963	(18.542)	(126.421)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	686.832	96.847	40.193	954.802	40.909	-	1.819.583

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Videolar-Innova S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		132.817	157.939
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais			
Depreciação e amortização	14 e 15	77.261	74.353
Realização de mais valia		23.544	31.683
Imposto de renda diferido e corrente		37.328	68.652
Baixa do ativo imobilizado e intangível		(2.104)	36.078
Provisão (reversão) da provisão para contingências	18	2.427	(2.344)
Provisão para perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	9	102	(207)
Provisões para obsolescência	10	(15)	(393)
Ganho de ajustes a valor justo sobre propriedade para investimento		(32.575)	-
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com empresas ligadas, financiamentos, obrigações fiscais, depósitos judiciais, contas a pagar e contas a receber, líquido		74.044	24.905
		<u>312.829</u>	<u>390.666</u>
Redução (aumento) nos ativos			
Contas a receber		(19.433)	(40.612)
Estoques		(270.581)	(17.255)
Impostos a recuperar		(39.995)	(2.417)
Outros		(42.048)	98
		<u>(372.057)</u>	<u>(60.186)</u>
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		335.312	45.506
Obrigações com pessoal e encargos sociais		2.193	(5.156)
Outros		(1.022)	16.002
		<u>336.483</u>	<u>56.352</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>277.255</u>	<u>386.832</u>
Impostos pagos sobre o lucro		(3.151)	(2.349)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		274.104	384.483
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado		(288.757)	(145.858)
Aquisições de intangível		(44)	(1.092)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		<u>(288.801)</u>	<u>(146.950)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de financiamentos		265.138	140.603
Pagamento de financiamentos e juros		(245.212)	(420.782)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		<u>19.926</u>	<u>(280.179)</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes		<u>5.229</u>	<u>(42.646)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		6.080	48.726
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>11.309</u>	<u>6.080</u>
Variação no caixa e equivalentes no exercício		<u>5.229</u>	<u>(42.646)</u>
Divulgação adicional - transações não-caixa			
Aquisição de imobilizado a prazo		42.242	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Videolar-Innova S.A. (“Videolar-Innova” e “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado da sede social da Companhia fica na Avenida Torquato Tapajós, nº 5.555, Bloco B, Tarumã, CEP 69041-025, localizada em Manaus - AM.

A Companhia atua no segmento de Resinas Plásticas (Estireno e Poliestireno e Poliestireno Expansível), atendendo clientes dos setores de Eletroeletrônicos, Plásticos, Descartáveis, Alimentos, entre outros, além de atuar no segmento de transformados plásticos como, por exemplo, Tampas Plásticas e BOPP (filme de polipropileno bi-orientado).

Em 31 de outubro de 2014, com a aquisição de 60% de participação acionária da Innova S.A. (“Innova”), que pertencia a Petroleo Brasileiro S.A. (“Petrobrás”), a Companhia se consolida no segmento Petroquímico.

Em 30 de setembro de 2015 a Videolar S.A. efetiva formalmente a incorporação da Innova e a Companhia passa a se chamar Videolar-Innova S.A.

Após a reorganização societária a Companhia passou a contar com três parques fabris, sendo dois em Manaus, no Estado do Amazonas e um em Triunfo no Rio Grande do Sul.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação as normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, e estimativas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Uso de estimativas e julgamentos

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2018 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 9** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber;
- **Nota 14** - Ativo imobilizado - revisão da vida útil;
- **Nota 15** - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 18** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saídas de recursos;
- **Nota 25** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- As propriedades para investimento, que são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

Apresentamos abaixo um índice das principais políticas contábeis as quais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

- **6.1** - Mudanças nas principais políticas contábeis
- **6.2** - Combinação de negócios
- **6.3** - Receita operacional
- **6.4** - Subvenção e assistências governamentais

- 6.5 - Receitas e despesas financeiras
- 6.6 - Moeda estrangeira
- 6.7 - Imposto de renda e contribuição social
- 6.8 - Estoque
- 6.9 - Imobilizado
- 6.10 - Intangível
- 6.11 - Propriedade para investimento
- 6.12 - Instrumentos financeiros
- 6.13 - Redução ao valor recuperável - Impairment
- 6.14 - Provisões
- 6.15 - Benefícios a empregados
- 6.16 - Novas normas e interpretações ainda não efetivas

6.1 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

a. *CPC 47 Receita de contrato com cliente*

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços.

Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018.

Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

De acordo com o CPC 30 a receita operacional de venda de bens no curso normal das atividades era medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional era reconhecida quando existia evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens fossem transferidos para o comprador, de que era provável que os benefícios econômicos financeiros fluíram para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias poderiam ser estimados de maneira confiável, de que não havia envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional podia ser mensurado de maneira confiável. Caso fosse provável que descontos seriam concedidos e o valor pudesse ser mensurado de maneira confiável, então o desconto era reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas fossem reconhecidas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida à medida em que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa no valor da receita acumulada.

Pelas características das operações de vendas da Companhia e pelo tratamento já adotado anteriormente no reconhecimento da receita, não foram identificados impactos na adoção do CPC 47 pois a transferência de controle dos produtos da Companhia aos clientes ocorre no mesmo momento em que os riscos e benefícios eram transferidos aos clientes quando da adoção do CPC 30. Além disso, com raras exceções, não há contraprestações variáveis nas operações de vendas.

b. CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros:

Mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a ativos e passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos (para derivativos que são usados como instrumentos de hedge).

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018.

	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	5.560	5.560
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	520	520
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	470.711	470.711
Outras contas a receber e adiantamento a fornecedores	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	21.355	21.355
Total			498.146	498.146
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	268.316	268.316
Debêntures	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	205.631	205.631
Instrumentos financeiros	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	12.623	12.623
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	351.365	351.365
Total			837.935	837.935

(ii) *Impairment de ativos financeiros*

O CPC 48 substituiu o modelo de ‘perdas incorridas’ da IAS 39 por um modelo de perdas de crédito esperadas’. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38.

6.2 Combinação de negócios

As combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são registradas no resultado do exercício.

6.3 Receita operacional

(i) *Venda de bens*

A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes e também na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.

(ii) *Incentivos fiscais*

A receita decorrente de incentivos fiscais descritos na nota explicativa 27, recebida na forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado do exercício, de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas incorridas, objeto de compensação desse incentivo. As condições estabelecidas para a manutenção dos incentivos fiscais foram devidamente cumpridas pela Companhia.

(iii) *Receita de aluguel de propriedade para investimento*

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida como receita pelo método linear durante o prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como 'Outras receitas'.

6.4 Subvenção e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos Federal, Estadual e Municipal e de que serão auferidas e são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

A Videolar-Innova é beneficiária dos seguintes incentivos fiscais concedidos pelo Estado do Amazonas, Rio Grande do Sul e Governo Federal:

a. *ICMS*

No Estado do Amazonas

Os créditos por incentivos fiscais relativos ao reembolso do ICMS, junto ao Estado do Amazonas, foram contabilizados no resultado do exercício, em contra partida do ICMS à recolher, no montante de R\$ 108.840 (R\$ 100.976 em 2017), conforme nota explicativa 27.

No Estado do Rio Grande do Sul

A Companhia possui os Benefícios Financeiros do FUNDOPEM/RS - Fundo Operação Empresa/RS e do INTEGRAR/RS - Programa de Harmonização de Desenvolvimento da Indústria do Rio Grande do Sul, previstos no Decreto 49.205/12 e o crédito presumido de ICMS para revenda interestadual de ABS concedido através do Decreto nº 46.070/2008 alterado pelo Decreto 51.832/2014.

A Companhia atendeu aos requisitos do CPC 07 - “Subvenção e Assistência Governamental” para seu reconhecimento e essa reserva para investimentos foi reconhecido no resultado do exercício da Companhia no montante de R\$ 34.944 de FUNDOPEM e R\$ 1.179 de crédito presumido de ICMS para o ABS (R\$ 24.886 de Fundopem em 2017), conforme notas explicativas 23 e 20, respectivamente.

b. Imposto de renda

A Companhia, nas suas unidades de Manaus, possui aprovação de seu empreendimento pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, gozando dos direitos de isenção e redução do imposto de renda e quaisquer adicionais não restituíveis, devendo capitalizar o valor do benefício de acordo com a MP no 2.199-14 artigo 1º alterado pela Lei no 12.715, de 2012 artigo 69.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia encontrava-se adimplente com todos os requisitos legais para benefício desses incentivos.

c. IPI

IPI - Produtos produzidos na ZFM, Decreto no 7.212/10 artigo 81, inc.II.

d. PIS / Cofins

PIS/COFINS - Lei no 10.996/2004 artigos 3º e 4º.

e. Imposto de importação

Decreto-Lei nº 288/1967 artigo 7º.

6.5 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

6.6 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

6.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) *Imposto corrente*

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) *Imposto diferido*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias existentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento das demonstrações financeiras e que devem ser aplicadas quando os respectivos imposto de renda e contribuição social diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Os montantes de imposto de renda e contribuição social ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações da provisão impactarão a despesa com imposto de renda no exercício em que forem realizadas.

6.8 Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão de obra direta, outros custos diretos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis, baseados na capacidade operacional normal. A avaliação dos estoques não excede o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

6.9 Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esse seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) *Reclassificação para propriedade para investimento*

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado.

(iii) *Custos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iv) *Depreciação*

Os itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada em anos, como segue:

	2018	2017
Informática	5	5
Benfeitorias/instalações	10	10
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	10
Móveis e utensílios	10	10
Veículos	5	5
Outros	20	20

6.10 Intangível

(i) *Ágio*

O ágio resultante da aquisição de controladas é apresentado com os ativos intangíveis nas demonstrações financeiras.

Mensuração subsequente

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(iii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iv) *Amortização*

Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

Marcas e patentes	5 anos
Software	5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

6.11 Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Os ganhos e as perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento.

A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecido como outras receitas.

6.12 Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Instrumentos Financeiros - Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

- **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
- **Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A Companhia classificou os ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

- **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR):** Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.

- **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
- **Empréstimos e recebíveis:** Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
- **Ativos financeiros mantidos para venda:** Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por *impairment*, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, foram reconhecidas em outros resultados abrangentes (ORA) e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) **Instrumentos financeiros derivativos**

Instrumentos financeiros derivativos - política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros.

(vi) **Capital Social**

Ações ordinárias

Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

A Companhia não emitiu ações preferenciais resgatáveis no período.

Os dividendos mínimos obrigatórios ou prioritários, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

6.13 Redução ao valor recuperável - Impairment

(i) **Ativos financeiros não-derivativos - política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018**

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em Outros resultados abrangentes (ORA).

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos financeiros não derivativos - política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou

- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativo financeiro mensurado a custo amortizado

A Companhia considerava evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada. Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utilizava tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável foi calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão.

Quando a Companhia considerou que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não as propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

6.14 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

6.15 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

6.16 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Entre as normas que ainda não estão em vigor, não espera-se que o CPC 06 (R2) tenha impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial.

a. CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A Companhia deverá adotar o CPC 06(R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras e concluiu que não há impactos significativos pois não existem em 31 de dezembro de 2018 contratos onde a Companhia figura como arrendatária que pudessem modificar as demonstrações financeiras conforme CPC 06(R2).

O CPC 06 (R2) 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

(i) *Arrendamentos em que a Companhia é uma arrendadora*

Não se espera nenhum impacto significativo para arrendamentos em que a Companhia é uma arrendadora.

b. Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2)).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- **IFRS 17 Contratos de Seguros**

7 Mensuração do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo, para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

(i) Nota explicativa 13 - Propriedade para investimento

O valor justo das propriedades para investimento foi determinada por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada. Os avaliadores independentes fornecem o valor justo da carteira das propriedades para investimento da Companhia a cada ano.

(ii) Nota explicativa 14 - Imobilizado

O valor justo do imobilizado reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

(iii) Nota explicativa 15 - Intangível

O valor justo de ativos intangíveis é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que derivem do uso e possível venda dos ativos.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Disponibilidades	7.480	5.560
Aplicação financeira	<u>3.829</u>	<u>520</u>
	<u>11.309</u>	<u>6.080</u>

As aplicações financeiras detidas pela Companhia em títulos de renda fixa refletem as condições usuais de mercado e são remuneradas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). As operações com prazo de aplicação de pelo menos 30 dias foram remuneradas, em média, a 98% do CDI (97% em 2017). Esses ativos são conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

9 Contas a receber

A seguir apresentamos os montantes a receber, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018	2017
Cientes	<u>532.574</u>	<u>513.570</u>
	532.574	513.570
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(42.961)</u>	<u>(42.859)</u>
	489.613	470.711
Ativo circulante	<u>480.787</u>	<u>462.307</u>
Ativo não circulante	<u>8.826</u>	<u>8.404</u>

Atendendo ao disposto no CPC 48, a Administração avaliou o efeito desta nova norma e implementou no exercício de 2018 o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”, determinadas conforme práticas abaixo:

- **Estágio 1** - Consideramos neste estágio os títulos que ainda estão Performando, sendo as perdas de créditos esperadas calculadas com base na experiência real de perda de crédito (*write off*) ao longo dos últimos três anos.
- **Estágio 2** - Consideramos neste estágio os títulos com Expressivo Risco de Perda, quando há desgaste no risco de crédito do cliente, ou seja, quando o título for direcionado para a empresa de assessoria em cobrança (mesmo quando renegociado) e os títulos com necessidade de cobrança jurídica.

A tabela abaixo demonstra a perda de crédito esperada:

		Contas a receber	PCLD	Percentual de perda estimada
Estágio 1	A vencer	484.664	-	-
	Vencido de 1-30 dias	4.814	-	-
	Vencido de 31-60 dias	35	-	-
	Vencido de 61-90 dias	36	-	-
	Vencido de 91-180 dias	<u>64</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		489.613	-	-
Estágio 2	A vencer	280	280	100%
	Vencido de 1-30 dias	36	36	100%
	Vencido de 31-60 dias	36	36	100%
	Vencido de 61-90 dias	36	36	100%
	Vencido de 91-180 dias	<u>42.573</u>	<u>42.573</u>	<u>100%</u>
		42.961	42.961	100%
Total		<u>532.574</u>	<u>42.961</u>	

A Administração avaliou o comportamento das Contas a Receber e não identificou evento relevante que corroborasse constituir percentual de perda esperada para o Estágio 1, uma vez que não houve real perda de crédito (*write off*) nos últimos três anos e não houve transferência relevante de risco de crédito do Estágio 1 para o Estágio 2.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2018	2017
Saldo no início do ano	42.859	43.066
Complemento de provisão no exercício	160	532
Reversão da provisão no exercício	<u>(58)</u>	<u>(739)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>42.961</u>	<u>42.859</u>

10 Estoques

	2018	2017
Matéria-prima	264.742	107.943
Produtos em elaboração	111.574	50.453
Produtos acabados	135.309	94.326
Embalagens	3.744	3.356
Outros materiais	9.550	1.185
Importação em andamento	<u>9.761</u>	<u>6.821</u>
	<u>534.680</u>	<u>264.084</u>

A movimentação da provisão para obsolescência é como segue:

	2018	2017
Saldo do início do ano	(846)	(1.239)
Complemento de provisão	(15)	(1.404)
Reversão de provisão	<u>30</u>	<u>1.797</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>(831)</u>	<u>(846)</u>

Os itens de estoque sem movimentação de saída há mais de noventa dias são considerados obsoletos, e passam a compor o saldo da provisão. No exercício de 2018, os principais itens provisionados foram matérias primas e produtos acabados do segmento de filmes plásticos de polipropileno biorientado (BOPP) e matérias primas de Tampas Plásticas.

11 Impostos a recuperar

	2018	2017
ICMS a recuperar	47.657	14.932
PIS/COFINS a recuperar	5.532	231
PIS/COFINS processo fiscal (i)	17.797	16.723
IRRF a compensar	508	1.094
IPI a recuperar	654	278
Outros	3.550	2.445
	<u>75.698</u>	<u>35.703</u>
Ativo circulante	<u>29.316</u>	<u>18.980</u>
Ativo não circulante	<u>46.382</u>	<u>16.723</u>

- (i) A Companhia obteve sentença favorável do processo 0060657.83.2013.4.01.0000 que versa sobre a exclusão do ICMS da Base do PIS/COFINS, desta forma, este processo está transitado em julgado, gerando um crédito tributário com saldo de R\$ 17.797 (R\$ 16.723 em 2017).

12 Outras contas a receber

	2018	2017
Custos a amortizar (i)	2.681	2.681
Outros adiantamentos	715	671
Sinistros a receber	32	207
Outras contas a receber	1.179	266
	<u>4.607</u>	<u>3.825</u>
Custos a amortizar (i)	2.234	4.915
Outras contas a receber	-	291
	<u>2.234</u>	<u>5.206</u>

- (i) A Companhia teve custos com as instituições financeiras, na estruturação dos contratos de empréstimos para aquisição da Innova. Esse custo foi contabilizado no curto e longo prazo, e será amortizado junto com os pagamentos dos contratos de financiamento.

13 Propriedade para investimento

	2018	2017
Terrenos e edificações	204.354	185.312
Saldo em 31 de dezembro	<u>204.354</u>	<u>185.312</u>

As propriedades para Investimento são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por avaliadores técnicos externos independentes em 31 de dezembro de 2018.

A movimentação do saldo das propriedades para investimento foi como segue:

	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	185.312	185.312
Ajuste de avaliação patrimonial (nota 23)	32.575	-
Reclassificação de propriedade para investimento para imobilizado (nota 14)	<u>(13.533)</u>	<u>-</u>
Total	<u>204.354</u>	<u>185.312</u>

Propriedade para Investimento é a propriedade (terreno ou edifício ou parte de um edifício, ou ambas) mantida pelo proprietário para obter renda por meio de aluguel ou para valorização do capital ou para ambas situações, sem a intenção de venda ou uso, que gera fluxos de caixa independentes dos outros ativos.

14 Imobilizado

Custo	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Peças e Conjuntos de Reposição	Instalações Industriais	Móveis e Utensílios	Equipos de Processamento de Dados	Veículos	Moldes e Ferramentas	Equipamentos de Telefonia	Provisão para perda Impairment (nota 14.1)	Imobilizado em Andamento (nota 14.2)	Spare Parts	Mais Valia Imobilizado	Totais
Saldos 31 de dezembro de 2016	93.647	254.534	1.046.121	305	166.655	15.539	21.514	4.162	31.910	1.163	(18.388)	63.572	34.356	203.479	1.918.569
Adições	-	-	31.713	192	27	35	36	66	36	17	(856)	114.592	-	-	145.858
Baixa	-	(440)	(595)	-	-	(8)	(329)	(30)	-	-	41	(33.062)	(2.054)	-	(36.477)
Transferência	-	359	13.906	861	879	-	696	544	-	-	-	(17.245)	-	-	-
Saldos 31 de dezembro de 2017	93.647	254.453	1.091.145	1.358	167.561	15.566	21.917	4.742	31.946	1.180	(19.203)	127.857	32.302	203.479	2.027.950
Adições	-	429	2.478	23	1.248	69	33	-	-	81	(1.675)	322.893	5.420	-	330.999
Reclassificação PPI (nota 13)	-	13.533	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.533
Baixa	-	(96)	(473)	-	-	(40)	-	(73)	-	-	2.691	-	-	-	2.009
Transferência	-	2.042	66.976	-	32.943	97	-	-	-	-	-	(102.058)	-	-	-
Saldos 31 de dezembro de 2018	93.647	270.361	1.160.126	1.381	201.752	15.692	21.950	4.669	31.946	1.261	(18.187)	348.692	37.722	203.479	2.374.491
Depreciação															
Saldos 31 de dezembro de 2016	-	(94.204)	(538.496)	-	(71.631)	(13.221)	(19.359)	(1.147)	(26.233)	(1.065)	-	-	-	(16.410)	(781.766)
Depreciação do exercício	-	(8.581)	(54.466)	-	(7.544)	(271)	(668)	(711)	(375)	(9)	-	-	-	(13.128)	(85.753)
Baixa	-	-	74	-	-	4	321	-	-	-	-	-	-	-	399
Saldos 31 de dezembro de 2017	-	(102.785)	(592.888)	-	(79.175)	(13.488)	(19.706)	(1.858)	(26.608)	(1.074)	-	-	-	(29.538)	(867.120)
Depreciação do exercício	-	(8.546)	(57.027)	-	(8.055)	(247)	(542)	(378)	(687)	(12)	-	-	-	(13.128)	(88.622)
Baixa	-	-	72	-	-	32	-	-	-	-	-	-	-	-	104
Saldos 31 de dezembro de 2018	-	(111.331)	(649.843)	-	(87.230)	(13.703)	(20.248)	(2.236)	(27.295)	(1.086)	-	-	-	(42.666)	(955.638)
Valor residual															
Saldos 31 de dezembro de 2018	93.647	159.030	510.283	1.381	114.522	1.989	1.702	2.433	4.651	175	(18.187)	348.692	37.722	160.813	1.418.853
Saldos 31 de dezembro de 2017	93.647	151.668	498.257	1.358	88.386	2.078	2.211	2.885	5.338	106	(19.203)	127.857	32.302	173.940	1.160.830
Taxa média de depreciação anual	0,00%	3,50%	6,10%	0,00%	9,31%	7,67%	14,12%	19,30%	9,93%	9,87%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,42%

A Companhia ofereceu o imóvel da Unidade I, situado na Avenida Torquato Tapajós, do seu ativo imobilizado em garantia de financiamentos dos projetos de expansão e atualização tecnológica da unidade de produção de filme de polipropileno bi-orientado (BOPP). O montante oferecido em garantia foi de R\$ 314.835 em 2018 e 2017.

14.1 Provisão para perda por redução ao valor recuperável - Teste de redução ao valor recuperável (*Impairment*)

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída por imobilizados e peças de reposição de segmentos descontinuados. O montante de R\$ 18.187 (R\$ 19.203 em 2017) é constituído por itens que não estão em operação, conforme detalhada abaixo:

	2018	2017
Máquinas e equipamentos	13.909	11.557
Moldes e ferramentas	2.009	2.009
Instalações industriais	1.529	717
Outros	318	318
Peças de reposição	422	4.602
	<u>18.187</u>	<u>19.203</u>

Em atendimento às exigências do Pronunciamento CPC nº 01(R1) de 6 de agosto de 2010 - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2018, os quais foram estimados com base nos valores em uso, utilizando os fluxos de caixa descontados. Os ativos vinculados à aquisição da Innova S.A. que tem vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), tem a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicativos de perda de valor. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associados aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para a realização dos projetos.

14.2 Imobilizado em andamento

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo da conta de imobilizado em andamento era de R\$ 348.692 (R\$ 127.857 em 31 de dezembro de 2017), e estavam substancialmente representadas pelos projetos: Expansão da planta de Estireno (R\$ 233.904); Investimento para partida da Linha 3 BOPP (R\$ 25.348); Modernização e melhorias nas plantas de PS, SM, EB e Tampas (R\$ 9.234).

Os custos de empréstimos diretamente relacionados à aquisição, construção e atualização do parque fabril, são capitalizados como parte do custo do projeto. Os custos do empréstimo capitalizado a ativar, contabilizados até 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 57.209 (R\$ 52.597 em 2017).

Todos os demais custos de empréstimos não relacionados à aquisição de ativo imobilizado foram registrados como despesa no período.

15 Intangível

Os detalhes do ativo intangível da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

Custo	Software	Marcas, Direitos e Patentes	Ágio por expectativa de Rentabilidade Futura	Mais Valia	Totais
Saldos 31 de dezembro de 2016	<u>19.952</u>	<u>19.223</u>	<u>243.866</u>	<u>106.279</u>	<u>389.320</u>
Adições	1.091	1	-	-	1.092
Baixas	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>
Saldos 31 de dezembro de 2017	<u>21.042</u>	<u>19.224</u>	<u>243.866</u>	<u>106.279</u>	<u>390.411</u>
Adições	34	10	-	-	44
Baixas	<u>-</u>	<u>(9)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9)</u>
Saldos 31 de dezembro de 2018	<u>21.076</u>	<u>19.225</u>	<u>243.866</u>	<u>106.279</u>	<u>390.446</u>
Amortização					
Saldos 31 de dezembro de 2016	<u>(11.340)</u>	<u>(13.915)</u>	<u>-</u>	<u>(43.595)</u>	<u>(68.850)</u>
Amortização do exercício	(1.728)	-	-	(34.876)	(36.604)
Baixa	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Saldos 31 de dezembro de 2017	<u>(13.067)</u>	<u>(13.915)</u>	<u>-</u>	<u>(78.471)</u>	<u>(105.453)</u>
Amortização do exercício	(1.346)	(421)	-	(22.191)	(23.958)
Baixa	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldos 31 de dezembro de 2018	<u>(14.413)</u>	<u>(14.336)</u>	<u>-</u>	<u>(100.662)</u>	<u>(129.411)</u>
Valor residual					
Saldos 31 de dezembro de 2018	<u>6.663</u>	<u>4.889</u>	<u>243.866</u>	<u>5.617</u>	<u>261.035</u>
Saldos 31 de dezembro de 2017	7.975	5.309	243.866	27.808	284.958
Taxa média de Amortização anual	18,92%	0,00%	0,00%	0,00%	18,92%

15.1 Ágio

O ágio reconhecido nos registros da Companhia, como resultado da aquisição da Innova S.A. foi determinado conforme segue:

Custo de aquisição	1.105.219
(-) Patrimônio Líquido - Innova em 31/10/2014	(643.381)
(-) Mais valia	<u>(217.972)</u>
Ágio na aquisição	243.866

A aquisição resultou em um ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) de R\$ 243.866. Ele é consequência de diversos fatores, em especial, da sinergia entre os negócios das duas empresas. Existe também grande sinergia comercial, dado que a Incorporadora também produz Poliestirenos, mas não o Estireno.

Outro ponto de destaque é o projeto de expansão para construção de uma segunda planta de Estireno. Ela possibilitará aumentar a participação da Videolar-Innova no mercado de estireno, ainda deficiente no Brasil.

A unidade geradora de caixa a qual o ágio foi alocado é submetida anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar indicadores de perda no valor recuperável de seus ativos. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada, para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos dessa unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida sobre um ágio não é revertida em um período posterior.

As premissas utilizadas para teste de impairment consideraram taxa de crescimento na perpetuidade de 1,50% e taxa de desconto real de 9,45% num horizonte de 10 anos.

16 Empréstimos e financiamentos

Instituição Financeira	Encargos	Garantias	Vencimento	2018	2017
Banco do Brasil	(i) CDI + 1,2% a.a. Libor EUR + 3,25%	Aval + Duplicatas	21/03/2021	150.235	-
Banco Bradesco Europa	(ii) a.a.	Nota Promissória	22/07/2021	10.255	16.846
BNDES	(iii) TJLP + 2,42% a.a.	Imóveis	15/06/2020	10.058	15.931
Debêntures	(iv) VC + 4,96% a.a. Libor USD + 3,50%	Aval + Alien.	20/10/2020	140.682	205.631
Banco Citibank	(v) a.a.	Fiduc.	25/09/2020	185.273	214.463
Diversos - Adto s/ Cambiais	(vi) 1,34% a 3,87% a.a.	Aval + Alien.	14/04/2019	52.843	21.076
Entregues	(vii) 1,36% a.a.	Duplicatas	01/03/2019	20.807	-
Banco Santander - Finex		Aval		<u>20.807</u>	<u>-</u>
				<u>570.153</u>	<u>473.947</u>

Passivo Circulante

286.651 198.821

Passivo Não Circulante

283.502 275.126

- (i) A Companhia contratou linha de crédito para capital de giro junto ao Banco do Brasil no montante de R\$ 150.000 com remuneração composta pela taxa média CDI + 1,2% a.a., sendo os pagamentos de juros trimestrais e o pagamento de principal no vencimento do contrato, em março de 2021.
- (ii) A Companhia possui contrato de linha de crédito internacional firmado com o Banco Bradesco Europa destinado a aquisição de máquinas e equipamentos cuja taxa de juros é de Libor EUR + 3,25% a.a.. O financiamento é composto por diversos desembolsos parciais com prazo máximo de 60 meses, os quais se iniciaram em fevereiro de 2011 e contaram com carência de 6 meses para juros e de 24 meses para pagamento do principal. Em agosto de 2016 foi liberado o último desembolso (26º) que somou o valor total de EUR 744 mil.

- (iii) Em 2012 a Companhia adquiriu uma linha de crédito junto ao BNDES no montante de R\$ 30.100, com remuneração composta da Taxa de Juros de Longo Prazo + 2,42% a.a., contando com carência de dois anos para pagamento do principal e amortização em 66 meses. Esse financiamento teve como finalidade a expansão e a construção de uma unidade industrial para produção dos filmes de Polipropileno Bi-orientado (BOPP), além da aquisição de máquinas e equipamentos nacionais. Os imóveis dados em garantia somam o valor de R\$ 314.835.
- (iv) Em 07 de Outubro de 2014, a Companhia celebrou *Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples*, no valor de R\$ 300.000, com data de emissão em 25 de outubro de 2014 e vencimento em 25 de Outubro de 2020. As debêntures são corrigidas pelo fator de variação cambial de reais por dólares dos Estados Unidos da América (PTAX800, opção 5) e fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios de 4,96% a.a., pagos em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir da data de emissão. A amortização do principal se dará em 9 (nove) parcelas, também semestrais e consecutivas, sendo que a primeira venceu em 25 de outubro de 2016.

Os recursos oriundos da captação foram destinados exclusivamente para pagamento de parte do preço de aquisição da Innova S.A.

Ao final de cada exercício, desde 2014, o contrato possui obrigações relacionadas a indicadores financeiros (*covenants*) medidos com base nos índices de Dívida Financeira Líquida dividida por EBITDA e o índice de Dívida Total dividida pelo Patrimônio Líquido.

- (v) Em 23 de Outubro de 2014, a Companhia celebrou com o Banco Citibank contrato de crédito no valor de USD 100.004 com vencimento em 25 de Setembro de 2020. O contrato prevê remuneração com taxa de juros de Libor USD + 3,50% a.a., sendo os pagamentos de juros trimestrais e carência de dois anos para pagamento de principal.

Os recursos oriundos da captação foram destinados exclusivamente para pagamento de parte do preço de aquisição da Innova S.A..

O contrato possui obrigação relacionada a indicador financeiro (*covenant*) medido trimestralmente com base no índice de Dívida Financeira Líquida dividida pelo EBITDA acumulado em 12 meses.

- (vi) A Companhia possui operações relacionadas a seus recebíveis de exportação. Entre abril e maio de 2018 foram contratadas operações de ACC (Antecipação de Contrato de Câmbio) no valor de USD 22.000 e uma operação de PPE (Pré Pagamento de Exportação) no valor de EUR 4.523, todas com remuneração entre 1,34% a 3,87% a.a. e vencimentos em abril de 2019.
- (vii) Em março de 2018 a Companhia celebrou um contrato de FINEX junto ao Banco Santander no valor de EUR 4.630 com remuneração de 1,36% a.a. e vencimento em março de 2019.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018 e 2017 apresentam os seguintes cronogramas de vencimentos:

	2018	2017
2019	-	160.674
2020	132.370	113.807
2021	<u>151.132</u>	<u>645</u>
Passivo não circulante	<u>283.502</u>	<u>275.126</u>

Movimentação patrimonial dos empréstimos e financiamentos:

Descrição	Saldo		Juros	Juros			Variação	Variação	Saldo
	2017	Adição		capitalizados	IRRF	Amortização			
Banco do Brasil	-	150.000	-	2.944	-	(2.709)	-	-	150.235
Banco Bradesco Europa	16.846	-	28	495	4	(8.855)	1.603	134	10.255
BNDES	15.931	-	1.121	-	-	(6.994)	-	-	10.058
Debêntures	205.631	-	9.252	-	-	(81.072)	-	6.871	140.682
Banco Citibank	214.463	-	11.840	-	2.089	(78.107)	-	34.988	185.273
Diversos - Adto s/ Cambiais Entregues	21.076	96.600	-	-	-	(67.475)	-	2.642	52.843
Banco Santander	-	18.538	253	-	-	-	-	2.016	20.807
Total Geral	473.947	265.138	22.494	3.439	2.093	(245.212)	1.603	46.651	570.153

a. Índices financeiros (Covenants)

Os instrumentos de dívida destinados ao pagamento de parte do preço de aquisição da Innova S.A. preveem limites contratuais para indicadores financeiros destinados a monitorar o nível de endividamento (alavancagem) da Companhia, conforme abaixo:

Debêntures

- relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA ao final do período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2018 igual ou inferior a 3,0 vezes;
- relação Dívida Total/Patrimônio Líquido ao final do período findo em 31 de dezembro de 2018 igual ou inferior a 1,0 vez.

Contrato de Crédito CITIBANK

- relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA ao final do período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2018 igual ou inferior a 3,5 vezes.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia cumpriu os índices (covenants) estabelecidos pelos credores.

17 Fornecedores

	2018	2017
Fornecedores nacionais	49.209	39.444
Fornecedores estrangeiros	685.658	311.921
	<u>734.867</u>	<u>351.365</u>

18 Provisão para contingências e depósitos judiciais

Com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, movidos contra a Companhia, foram constituídas provisões no passivo para riscos com perdas consideradas prováveis na avaliação de nossos assessores jurídicos, em valor julgado suficiente, como segue:

	2018	2017
Tributárias	-	-
Trabalhistas	6.679	3.949
Cíveis	1.243	1.293
Mais valia	<u>10.767</u>	<u>11.020</u>
Passivo não circulante	<u>18.689</u>	<u>16.262</u>

A provisão para ações cíveis consiste, principalmente, em ações indenizatórias e relacionadas a discussões sobre divergências contratuais.

As contingências trabalhistas tratam de processos em trâmite na Justiça do Trabalho que, individualmente, não são relevantes para os negócios da Companhia.

A movimentação da provisão está demonstrada conforme a seguir:

Provisão para contingências	Tributárias	Trabalhista	Cíveis	Mais Valia	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	506	5.823	1.257	11.020	18.606
(+) Complemento de provisão	-	2.463	45	-	2.508
(-) Baixa de provisão	(506)	(4.337)	(9)	-	(4.852)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	3.949	1.293	11.020	16.262
(+) Complemento de provisão	-	5.143	-	-	5.143
(-) Baixa de provisão	-	(2.413)	(50)	(253)	(2.716)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	6.679	1.243	10.767	18.689

Os principais processos são comentados a seguir:

Processos tributários

O prognóstico de perda possível que não estão provisionados no montante de R\$ 531.581 (R\$ 764.057 em 2017) refere-se à contestação pela Companhia sobre cobrança de autos de infração.

Os principais processos são: (i) processo nº 4.003.845-2 - impugnação ao auto de infração lavrado pela SEFAZ/SP sob alegação de não pagamento de ICMS substituição tributária com valor histórico de R\$ 263.633 (R\$ 263.633 em 2017); (ii) processo nº 2016000088 - impugnação ao auto de infração lavrado pela prefeitura de Manaus/AM face da AMZ (incorporada pela Videolar em 2015) referente à retenção de ISSQN na remessa de Royalties com valor histórico de R\$ 72.276 (R\$ 72.276 em 2017); (iii) processo Nº 5044721-47.2017.4.04.7100 - anulatória auto de infração MPF nº 1015400/00096/11 - PTA nº 10516.720002/2013-95 inadimplemento do compromisso de exportar, em razão da não comprovação da vinculação física - Drawback suspensão com valor histórico de R\$ 62.078 (R\$ 62.078 em 2017).

A Companhia possui depósitos judiciais tributários registrados no montante de R\$ 8.911 (R\$ 10.540 em 2017) referente principalmente ao Processo 2006.32.00.005992-1 de exclusão do PIS/COFINS na base de cálculo do IR e CSLL no valor de R\$ 728 (R\$ 728 em 2017); Processo 0011620-22.2015.54.01.3200 de Inexigibilidade de PIS/COFINS sobre as receitas financeiras no valor R\$ 2.226 (R\$ 1.569 em 2017); e Processo 0007521-72.2016.4.01.3200 por suposta falta de recolhimento de contribuições patronais no valor R\$ 685 (R\$ 685 em 2017).

Processos trabalhistas

A provisão para contingências trabalhistas corresponde a perdas estimadas com base em análise individual dos processos de reclamações trabalhistas.

A Videolar-Innova figura no polo passivo de ações trabalhistas, no valor total de R\$ 7.114 (R\$ 12.144 em 2017), para os quais a perda é possível e que, portanto, não estão provisionados, no valor total de R\$ 6.679 (R\$ 3.949 em 2017), para os quais a perda é considerada provável, e estão provisionados.

Processos cíveis

A Videolar-Innova figura no polo passivo de ações cíveis, no valor total de R\$ 473 (R\$ 11.101 em 2017) para as quais a perda é possível. A provisão para contingências cíveis corresponde a perdas estimadas relativas aos processos envolvendo principalmente discussões comerciais.

Banco Fortis

Em junho de 2008, a Companhia contratou uma linha de crédito junto ao Banco Fortis no montante de EURO 20.400 mil. Essa linha de crédito tinha por característica o financiamento direto do Banco Fortis à Darlet Merchant Technologies S.A. (“Darlet”), fornecedor responsável pela entrega à Companhia de máquinas e equipamentos para a nova linha de produção de BOPP.

Até 31 de dezembro de 2009, o Banco Fortis havia liberado o montante de EURO 15.811 mil para pagamento à Darlet.

Em março de 2010, a Companhia foi notificada sobre o processo judicial de falência do fornecedor Darlet. No segundo semestre de 2009 o Banco Fortis Bank NV/AS foi adquirido pelo Banco BNP Paribas.

Em 31 de janeiro de 2011, o Banco BNP Paribas encaminhou uma carta solicitando o pagamento da primeira parcela no valor de EURO 1.695 mil. Por meio dos seus assessores jurídicos na França, Sonier & Associates, a Companhia rejeitou o pedido de pagamento levando em consideração que todos os adiantamentos pagos por 5 anos do Banco Fortis para Darlet foram feitos em violação do Acordo de Crédito não havendo, portanto, nenhuma obrigação de pagamento dos adiantamentos realizados pelo Banco BNP Paribas. Essa rejeição é baseada no artigo 5 do Acordo de Crédito, nos termos do qual o credor, ou seja, o Banco Fortis deveria fazer adiantamentos para a Companhia por meio do pagamento para a Darlet.

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração da Companhia, suportada pela opinião legal de seus assessores jurídicos, efetuou os seguintes ajustes contábeis:

	31/12/2010
Baixa do adiantamento a fornecedor em função da falência decretada	(43.858)
Baixa do passivo devido à probabilidade de desembolso ao Banco Fortis ser remota	36.163
Perda líquida reconhecida em outras despesas operacionais	(7.695)

Em novembro de 2011, a Videolar-Innova foi notificada pelo BNP Paribás quanto a abertura de processo de arbitragem na International Court of Arbitration of the International Chamber of Commerce (“ICC”), em Paris, na França, visando a cobrança dos recursos liberados e dos juros incorridos no período, os quais foram estimados em EUR 18.715 mil.

Em 18 de abril de 2017, a Videolar-Innova e BNP Paribas firmaram acordo no valor total de EUR 10.872 mil (R\$ 32.719), para pagamento pela Videolar-Innova em 48 meses, sendo a primeira parcela paga em 30 de abril de 2017 e a última a ser paga em 30 de março de 2021. Os valores das parcelas são decrescentes, iniciando em EUR 246 mil e finalizando em EUR 207 mil. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo a pagar de R\$ 25.570 está registrado em outras obrigações sendo R\$ 10.958 e R\$ 14.611 no circulante e não circulante respectivamente.

Mais valia

Na data da aquisição da Innova, foi reconhecido uma mais valia do passivo contingente existente na data de assinatura do contrato no valor total de R\$ 62.888. Após a realização parcial desta mais valia, o saldo apresentado em 2018 é de R\$ 10.767.

Depósitos judiciais

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados, classificados no grupo de ativo não circulante.

Depósitos judiciais	Tributárias	Trabalhista	Cíveis	Mais Valia	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	19.569	1.102	1.700	223	22.594
(+) Adição	15.731	561	50	-	16.342
(-) Baixa	(24.760)	(588)	-	-	(25.348)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	10.540	1.075	1.750	223	13.588
(+) Adição	1.737	1.073	3.553	-	6.363
(-) Baixa	(3.366)	(927)	(2)	(223)	(4.518)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	8.911	1.221	5.301	-	15.433

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o capital social da Companhia é de R\$ 686.832.

O capital social da Companhia estava representado por 1.185.861 ações ordinárias, 363.859 ações preferenciais classe “A”, totalizando 1.549.720 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto nas deliberações da assembléia geral.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial são provenientes de avaliações patrimoniais de terrenos e edificações disponíveis em Propriedade para Investimento e adoção do custo atribuído (Deemed Cost) sobre bens registrados no Imobilizado.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial serão realizados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação, baixa ou depreciação dos ativos a que eles se referem.

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Devido ao lucro do exercício no montante de R\$ 132.817, foi constituído R\$ 6.641 de reserva legal.

d. Dividendos

Em 2018, o lucro líquido de R\$ 132.817 foi destinado para reservas legais (R\$ 6.641) e parte das reservas de incentivos fiscais (R\$ 126.421). Portanto, não houve saldo no lucro líquido do exercício para a distribuição de dividendos. O estatuto social da Companhia não determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório.

e. Reserva de incentivos fiscais

Constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva não poderá ser distribuída aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de capital da Companhia, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social (§ 3º do artigo 19 do Decreto-Lei nº 1.598/1977).

Em 31 de dezembro de 2017 foi destinado o montante de R\$ 100.976 para a constituição de reserva de incentivos fiscais de ICMS. O incentivo fiscal de imposto de renda proporciona uma redução da despesa desse tributo. Esse incentivo, calculado com base no lucro da exploração, é aplicado às receitas das Unidades de Manaus. Em 2017 foi constituído o valor de R\$ 7.876 para reserva de incentivos fiscais de IRPJ.

Em 31 de dezembro de 2018 foi destinado o montante de R\$ 144.963 para a reserva de incentivos fiscais de ICMS. Sendo R\$ 108.840 concedido pelo estado do Amazonas, que eleva o percentual do crédito fiscal presumido de regionalização de forma que o imposto apurado não represente saldo credor nem devedor. E o montante de R\$ 36.123 foi concedido pelo estado do Rio Grande do Sul à empresas que realizem investimentos no Estado, que resultem na implantação ou expansão de unidades industriais. As empresas incentivadas se apropriam de um percentual do valor ICMS mensal devido gerado pela operação do projeto implantado.

Em 2018, foi identificado o valor de R\$ 4.610 a ser revertido da reserva de incentivos fiscais de IRPJ 2017. Também foi destinado o montante de R\$ 32.803 para o complemento da reserva de incentivos fiscais dos benefícios de ICMS/RS obtidos nos exercícios 2015 e 2017.

f. Reserva de retenção de lucros

Em 2018 foi utilizado R\$ 51.345 do saldo acumulado de reserva de retenção de lucros para o complemento da constituição das reservas de incentivos fiscais de 2015, 2017 e 2018.

Em 31 de dezembro de 2018 não houve lucro suficiente para a constituição da reserva de retenção de lucros.

20 Receita operacional líquida

	2018	2017
Receita operacional bruta	3.041.504	2.551.790
Créditos de incentivos fiscais (nota 27)	110.019	100.976
Impostos sobre as receitas	(543.410)	(448.058)
Devoluções	(10.483)	(12.787)
	2.597.630	2.191.921

21 Custos dos produtos vendidos

	2018	2017
Custo dos produtos vendidos	(1.894.788)	(1.507.623)
Custo de mercadoria revendidas	(14.758)	(27.062)
Gastos gerais de fabricação	(223.553)	(197.314)
Ociosidade na produção	(49.207)	(52.759)
Outros	(2.786)	(6.446)
	(2.185.092)	(1.791.204)

22 Despesas administrativas e vendas

	2018	2017
Despesas de folha de pagamento	(51.598)	(53.732)
Depreciação	(5.183)	(5.422)
Energia elétrica	(800)	(517)
Impostos e taxas	(2.949)	(3.150)
Provisões	(3.043)	1.208
<i>Impairment</i>	1.016	(815)
Honorários advocatícios	(4.930)	(3.554)
Conservação de ativos	(130)	(212)
Despesas de viagens	(1.118)	(1.366)
Fretes e carretos	(84.822)	(76.618)
Manutenção e reparos	(7.385)	(4.048)
Consultoria e assessoria	(4.107)	(5.101)
Despesas de seguros	(861)	(437)
Licença de uso	(1.595)	(2.028)
Despesas de importação	(3.559)	(3.852)
Propaganda e publicidade	(1.247)	(1.060)
Outros	(7.439)	(8.560)
	(179.750)	(169.264)

23 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2018	2017
Venda de ativo	16	219
Perdas e ganhos com baixa de ativo	(1)	(19)
Perdas e ganhos com sinistros	-	(360)
Venda de sucata	3.017	2.107
Receita de locação	8.987	9.245
Fundopem (nota 27)	34.944	24.886
Recuperação de impostos	1.476	10.380
Indenizações	1.398	-
Aumento no valor justo de propriedade para investimento	32.575	-
Outros	8.453	(2.758)
	<u>90.865</u>	<u>43.700</u>

24 Receita (despesas) financeiras líquidas

	2018	2017
Receitas financeiras		
Juros e ganhos em aplicações financeiras	6.441	10.498
Variação monetária	1.267	13.913
Descontos obtidos	90	21
Receita com operações Swap	26.201	17.165
	<u>33.999</u>	<u>41.597</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e outros	(30.781)	(47.171)
Descontos concedidos	-	(4.865)
Despesas bancárias	(362)	(348)
Despesa com operações Swap	(13.264)	(44.920)
Outras	(8.341)	(13.356)
	<u>(52.748)</u>	<u>(110.660)</u>
Variações cambiais, líquidas		
Variações cambiais ativas	265.586	169.591
Variação cambial passiva	(377.055)	(117.407)
	<u>(111.469)</u>	<u>52.184</u>

25 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2018	2017
Créditos sobre prejuízo fiscal	102.685	108.768
Ajuste de avaliação patrimonial	(50.017)	(50.100)
Ágio fiscal produzido por rentabilidade futura	96.986	115.459
Imposto diferido sobre mais valia	(52.925)	(64.923)
Depreciação Societária x Fiscal	(28.257)	-
Créditos sobre diferenças temporárias: - créditos sobre provisões	<u>90.168</u>	<u>80.550</u>
 Total de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	 <u>158.640</u>	 <u>189.754</u>

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição social gerados no Brasil, no valor de R\$ 302.015 (R\$ 319.907 em 31 de dezembro de 2017), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, sem prazo para prescrição.

A realização do imposto de renda diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial se dá na proporção da realização da reserva.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui registrado, na rubrica de “Imposto de renda diferido”, valores apurados sobre despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável para fins de imposto de renda, os quais estão disponíveis para futuras compensações com o referido imposto.

Os tributos diferidos gerados por essas diferenças temporárias são assim demonstrados:

	2018	2017
Variações cambiais líquidas	192.534	134.410
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	19.739	42.859
Perdas estimadas para valores recuperáveis de estoques	831	846
Perdas estimadas diversas	41.569	53.555
Provisão para contingências judiciais	<u>10.526</u>	<u>5.242</u>
 Total provisões (reversões)	 <u>265.199</u>	 <u>236.912</u>
 Alíquota IR e CS - 25% e 9%	 34%	 34%
 IR/CS sobre diferenças temporárias	 <u>90.168</u>	 <u>80.550</u>

A Companhia, fundamentada nas expectativas de gerações de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudos técnicos realizados no final de 2018 e aprovados pela Diretoria, reconheceram créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de imposto de renda e diferenças temporárias, que não têm prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pela Companhia.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Videolar-Innova estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

Anos	2018	2017
2018	-	32.631
2019	30.806	22.842
2020	21.564	15.989
2021	15.095	11.192
2022 a 2028	<u>35.220</u>	<u>26.114</u>
	<u>102.685</u>	<u>108.768</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando-se em consideração diversas premissas financeiras e de negócios.

Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

b. Reconciliação do resultado do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos

A reconciliação do resultado de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos no montante de (R\$ 37.328) em 2018 e (R\$ 68.652) em 2017 estão demonstradas a seguir:

	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	170.145	226.591
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	<u>(57.849)</u>	<u>(77.041)</u>
Incentivos de Subvenções	52.052	43.750
Utilização de prejuízo fiscal para pagamento de impostos (*)	(6.083)	(36.551)
Diferenças permanentes	35.880	1.127
Diferenças temporárias	<u>(61.328)</u>	<u>63</u>
Total do IR Corrente e Diferido	<u>(37.328)</u>	<u>(68.652)</u>
Alíquota efetiva	34%	30%
Imposto de renda e contribuição social corrente	5.867	(10.808)
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>(43.195)</u>	<u>(57.844)</u>

(*) A utilização do prejuízo fiscal é relativa a compensação na apuração do imposto de renda e contribuição social para 2018. Em 2017, a principal utilização ocorreu pela adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

c. Impostos de renda e contribuição social a recuperar

	2018	2017
Imposto de renda	1.806	-
Contribuição social	1.346	583
	<u>3.152</u>	<u>583</u>

d. Regime tributário de transição

A Companhia optou pelo Regime Tributário instituído pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, por meio do qual as apurações do IRPJ, da CSLL, da contribuição para o PIS e da COFINS, continuam a ser determinadas de acordo com os métodos e critérios contábeis definidos pela Legislação.

Dessa forma, o IRPJ e a CSLL diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 12.973/14 foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com o pronunciamento CPC 32 - Tributos sobre o lucro. A Companhia consignou referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (“EFC”) no ano de 2016.

26 Informações sobre partes relacionadas

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração anual global dos administradores, incluindo os honorários dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores, foi fixada em até R\$ 5.000, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 02 de abril de 2018.

A remuneração total dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 2.829 (R\$ 2.679 em 2017).

Os referidos gastos foram contabilizados na rubrica de despesas gerais e administrativas na demonstração de resultado.

27 Incentivos fiscais

Incentivo	2018	2017
Benefício fiscal do ICMS na saída de bens intermediários (nota 20)	108.840	100.976
Benefício fiscal do crédito presumido ICMS interestadual ABS (nota 20)	1.179	-
Benefício do FUNDOPEM/RS (nota 23)	34.944	24.886
	<u>144.963</u>	<u>125.862</u>

28 Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de capital

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Videolar-Innova a cada um dos riscos mencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

b. Estrutura de gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia.

A Videolar-Innova possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que, esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito está apresentado a seguir:

	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	11.309	6.080
Contas a Receber	489.613	470.711
Outras contas a receber e adiantamento a fornecedores	61.122	21.355
	<u>562.044</u>	<u>498.146</u>

Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Contas a receber

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. A Administração entende que não há risco de crédito significativo ao qual a Companhia esteja exposta, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

Com relação à estimativa de perda para liquidação duvidosa, o detalhamento está contido na Nota Explicativa nº 9 - Contas a receber.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação, portanto podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual				
		Total	Até 1 ano	2-3 anos	4 anos	Acima de 4 anos
Empréstimos e financiamentos	570.153	632.540	321.572	310.968	-	-
Fornecedores	734.867	734.867	734.867	-	-	-
	1.305.020	1.367.407	1.056.439	310.968	-	-

Não é esperado que os fluxos de caixa apresentados acima sejam antecipados significativamente.

(iii) Risco de mercado

a. Risco com taxa de juros

A Companhia possui aplicações financeiras remuneradas à variação da taxa de juros CDI. Em 31 de dezembro de 2018, esses ativos somam o valor de R\$ 3.829.

	2018	2017
Instrumento de taxa variável		
Aplicação financeira	3.829	520
	3.829	520

Análise de sensibilidade à variação da taxa da CDI

Para estimar os principais indicadores financeiros destinados à análise de sensibilidade, a Companhia utiliza a pesquisa Focus, organizada pelo Banco Central do Brasil e baseada no levantamento de previsões de instituições financeiras e não financeiras. Em 31 de dezembro de 2018, a expectativa de mercado indicava uma taxa mediana efetiva do CDI/SELIC de 6,50% para o ano de 2019, ante a taxa efetiva de 6,40% verificada no ano de 2018.

	Cenário provável	Cenário I - redução de 25%	Cenário II - redução de 50%
Taxa efetiva anual da CDI de 2018	6,40%	4,80%	3,20%
Aplicações financeiras	3.829	3.829	3.829
Taxa anual estimada da CDI 12 meses	6,50%	4,88%	3,25%
Efeito no instrumento financeiro:			
Aumento / (Redução)	(4)	(3)	(2)

Análise de sensibilidade à variação da taxa Libor USD

A Companhia possui passivos financeiros indexados à variação da Libor USD em 31 de dezembro de 2018. Nestas condições, a Companhia apresentava os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 185.273.

A expectativa da Companhia indicava uma taxa Libor USD 12 meses estimada em 3,00% cenário provável para o ano de 2019, ante a taxa efetiva de 2,76% verificada em 31 de dezembro de 2018.

	Cenário provável	Cenário I - aumento de 25%	Cenário II - aumento de 50%
Taxa efetiva anual da Libor USD de 2018	2,76%	3,45%	4,14%
Empréstimo Banco Citibank - USD	47.815	47.815	47.815
Taxa anual estimada da Libor USD 12 meses (*)	3,00%	3,75%	4,50%
Efeito no instrumento financeiro:			
Aumento / (Redução) - USD	115	143	172

(*) A pesquisa Focus não divulga previsões para as taxas de juros Libor USD. Dessa forma, para determinar o cenário provável a Videolar-Innova considerou a taxa libor 12 meses divulgada em 31/12/2018.

Análise de sensibilidade à variação da taxa Libor EUR

A Companhia possui passivos financeiros indexados à variação da Libor EUR em 31 de dezembro de 2018. Nestas condições, a Companhia apresentava os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 10.255.

A expectativa da Companhia indicava uma taxa Libor EUR 12 meses estimada em 0,0% cenário provável para o ano de 2019, ante a taxa efetiva de (0,23%) verificada em 31 de dezembro de 2018.

	Cenário provável	Cenário I - aumento de 25%	Cenário II - aumento de 50%
Taxa efetiva anual da Libor EUR de 2018	(0,23%)	(0,29%)	(0,35%)
Empréstimo Bradesco Europa	2.310	2.310	2.310
Taxa anual estimada da Libor EUR 12 meses	(0,00%)	(0,00%)	(0,00%)
Efeito no instrumento financeiro:			
Aumento / (Redução) - EUR	(5)	(20)	(24)

Análise de sensibilidade à variação da taxa TJLP

A Companhia possui passivos financeiros indexados à variação da TJLP em 31 de dezembro de 2018. Nestas condições, a Companhia apresentava valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 10.058.

A expectativa de mercado indicava uma taxa de TJLP estimada em 7,03% cenário provável para o ano de 2019, ante a taxa efetiva de 6,72% verificada no ano de 2018.

	Cenário provável	Cenário I - aumento de 25%	Cenário II - aumento de 50%
Taxa efetiva anual da TJLP de 2018	6,72%	5,04%	3,36%
Empréstimo BNDES	10.058	10.058	10.058
Taxa anual estimada da TJLP 12 meses (*)	7,03%	5,27%	3,52%
Efeito no instrumento financeiro:			
Aumento / (Redução)	31	39	47

(*) O cenário provável utilizado pela Videolar-Innova para a TJLP considerou a manutenção dos níveis correntes de mercado, em linha com as expectativas gerais para o movimento de redução das taxas básicas de juros no Brasil.

b. Risco de taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam ou aumentem valores captados no mercado. Está demonstrada a seguir exposição, por moeda, em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a qual considera os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos e das disponibilidades:

		2018		2017	
		Valor nominal moeda estrangeira		Valor nominal moeda estrangeira	
		Em \$'000	R\$ Mil	Em \$'000	R\$ Mil
Empréstimo Bradesco	EUR	2.310	10.255	4.244	16.846
Debêntures	USD	36.307	140.682	62.131	205.531
Empréstimo Citibank (*)	USD	47.815	185.273	64.832	214.463
ACC (Antec. C. Câmbio)	EUR	-	-	5.310	21.076
ACC (Antec. C. Câmbio)	USD	12.256	47.490	-	-
PPE (Pré Pcto. Exportação)	EUR	1.206	5.353	5.310	21.076
Empréstimo Santander	EUR	4.687	20.807	-	-
Fornecedores Estrangeiros	USD	94.393	365.754	90.414	299.090
Fornecedores Estrangeiros	EUR	72.063	319.888	3.224	12.797
Fornecedores Estrangeiros	GBP	3	16	8	34

Os ganhos e perdas envolvendo essas operações são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica de resultado financeiro.

(*) A Companhia possui um contrato de SWAP USD-EUR com o Banco Santander no equivalente ao empréstimo com o Banco Citibank.

Transações de swap cambial

A Companhia realizou derivativos financeiros em dólares norte-americanos e euro, nos quais receberá a diferença entre a variação cambial em dólares ou euros, observada no período, multiplicado pelo valor de referência (ponta ativa) e pagará a diferença entre a variação cambial em dólares ou euro observada no período, sobre o valor em dólares norte-americanos ou euros de referência na data da contratação (ponta passiva). Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu no resultado financeiro a perda de R\$ 517 neste tipo de operação referente ao contrato que estava em aberto nesta data e o volume total protegido é de USD 47.815 mil e EURO 41.876 mil.

Vencimento	Ativo (USD)	Passivo (EUR)	Paridade EUR/USD	Valor USD	Ajuste USD	Taxa USD	Ajuste R\$
25/09/2020	47.815	41.876	1,1450	47.948	(133)	3,8748	(517)

A Companhia não tem como política a contratação de instrumentos financeiros de proteção. O único instrumento financeiro (hedge) que a Companhia tem contratado diz respeito ao SWAP citado acima, o qual transforma a exposição em USD do empréstimo Citibank em exposição em EUR. Em 31 de dezembro de 2018 não existiam outros instrumentos financeiros destinados a proteção de variação cambial.

Análise de sensibilidade cambial

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2018. A Videolar-Innova considerou os cenários abaixo para volatilidade do Real na paridade do Dólar e do Euro.

Para as operações cambiais com risco de flutuação do Dólar, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018 de R\$ 3,8748 por US\$ 1,00, foram estimados os seguintes efeitos para os quatro cenários sendo:

- **Cenário 1:** (25% de valorização do real);
- **Cenário 2:** (50% de valorização do real);
- **Cenário 3:** (25% de desvalorização do real); e
- **Cenário 4:** (50% de desvalorização do real).

Risco: Flutuação do dólar

<u>Receita (Despesa) com Variação Cambial em R\$</u>					
	Valor de referência US\$	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Taxa do dólar		2,9061	1,9374	4,8435	5,8122
Empréstimo Citibank	47.815	46.318	92.637	(46.318)	(92.637)
Debêntures	36.307	35.171	70.341	(35.171)	(70.341)
ACC	12.256	11.872	23.745	(11.872)	(23.745)
Swap	47.815	(46.318)	(92.637)	46.318	92637
Fornecedores Estrangeiros	94.393	91.438	182.877	(91.438)	(182.877)
Resultado financeiros - receita (despesa)		<u>138.481</u>	<u>276.963</u>	<u>(138.481)</u>	<u>(276.963)</u>

Para as operações cambiais com risco de flutuação do EURO, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018 de R\$ 4,4390 por EUR \$1,00, foram estimados os seguintes efeitos para os quatro cenários sendo:

- **Cenário 1:** (25% de valorização do real);
- **Cenário 2:** (50% de valorização do real);
- **Cenário 3:** (25% de desvalorização do real); e
- **Cenário 4:** (50% de desvalorização do real).
- **Risco:** Flutuação do euro

Receita (Despesa) com Variação Cambial em R\$					
	Valor de referência EUR	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
		3,3293	2,2195	5,5488	6,6585
Empréstimo Bradesco	2.310	2.564	5.127	(2.564)	(5.127)
PPE	1.206	1.338	2.677	(1.338)	(2.677)
Empréstimo Santander	4.687	5.201	10.403	(5.201)	(10.403)
Swap	41.876	46.472	92.944	(46.472)	(92.944)
Fornecedores estrangeiros	72.063	79.972	159.944	(79.972)	(159.944)
Resultado financeiros - receita (despesa)		135.547	271.095	(135.547)	(271.095)

(iv) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias.

A Companhia tem como objetivo a manutenção constante atualização de seus processos, minimizando, assim, os riscos operacionais e conseqüentemente reduzindo os eventuais impactos no fluxo financeiro, e danos à sua reputação buscando eficácia de custos para evitar qualquer restrição operacional.

(v) Risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de assegurar suas atividades normais, além de manter uma estrutura de capital adequada para oferecer retornos aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Mensurações de valor justo

Os ativos e passivos financeiros da Companhia podem sofrer variação de seu valor contábil. A tabela abaixo é uma comparação por classe do valor contábil e seu valor justo (“Fair Value”), incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Em 31 de dezembro de 2018:

		<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	
	Classificação	2018	2018	Hierarquia
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	7.480	7.480	-
Aplicações financeiras	Custo amortizado	3.829	3.829	-
Contas a receber	Custo amortizado	489.613	489.613	
Outras contas a receber e adiantamento a fornecedores	Custo amortizado	61.122	61.122	-
Total		<u>562.044</u>	<u>562.044</u>	

		<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	
	Classificação	2018	2018	Hierarquia
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	429.471	429.471	
Debêntures	Outros passivos financeiros	140.682	140.682	Nível 2
Instrumentos financeiros	Outros passivos financeiros	517	517	Nível 2
Fornecedores	Outros passivos financeiros	734.867	734.867	
Total		<u>1.305.537</u>	<u>1.305.537</u>	

Em 31 de dezembro de 2017:

		<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	
	Classificação	2017	2017	Hierarquia
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	5.560	5.560	-
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	520	520	-
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	470.711	470.711	
Outras contas a receber e adiantamento a fornecedores	Empréstimos e recebíveis	21.355	21.355	-
Total		<u>498.146</u>	<u>498.146</u>	
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	268.316	268.316	
Debêntures	Outros passivos financeiros	205.631	205.631	Nível 2
Instrumentos financeiros	Outros passivos financeiros	12.623	12.623	Nível 2
Fornecedores	Outros passivos financeiros	351.365	351.365	
Total		<u>837.935</u>	<u>837.935</u>	

O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar.

A Videolar-Innova usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos ativos e passivos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Gerenciamento de capital

Um dos objetivos da administração da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	2018	2017
Empréstimos e Financiamentos	570.153	473.947
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(11.309)	(6.080)
Dívida bancária líquida	558.844	467.867
Patrimônio líquido	1.819.583	1.691.292
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.378.427	2.159.159
Relação patrimônio líquido e dívida bancária líquida	0,31	0,28

29 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 1.555.567 para danos materiais e R\$ 508.937 para lucros cessantes. Para riscos nomeados, a cobertura era composta por R\$ 873.311 para danos materiais e R\$ 92.894 para lucros cessantes. Para responsabilidade civil geral R\$ 50.000 e para seguro de riscos ambientais R\$ 50.000.

Para o seguro de transporte de cargas nacional, a cobertura era de R\$ 3.000 para embarques terrestres e R\$ 8.000 para embarques aéreos e aquaviários. No Transporte internacional importação a cobertura de US\$ 30.000 mil exclusivamente para monômero de estireno a granel e poliestireno a granel; US\$ 15.000 mil para as demais mercadorias por veículo/viagem aquaviária; US\$ 5.000 mil para o transporte aéreo das demais mercadorias ou US\$ 2.000 mil por veículo/viagem rodoviária; R\$ 5.000 mil para embarques terrestres complementares à viagem internacional.

Para seguro de transporte exportação, a cobertura era de US\$ 6.000 mil exclusivamente para etilbenzeno e estireno; US\$ 500 mil para as demais mercadorias por veículo/ embarcação/ aeronave/ viagem ou acúmulo; e R\$ 1.500 para embarques terrestres complementares à viagem internacional.

A cobertura para o seguro de vida em grupo dos funcionários tem como múltiplo salarial de 26 vezes para morte natural e 52 vezes para morte acidental, limitados a R\$ 1.528 de cobertura.

30 Arrendamentos operacionais

Os compromissos referem-se, basicamente, ao contrato de locação com a Petrobrás referente ao Duto instalado entre o porto da Petrobras e a Videolar-Innova com o objetivo de levar o Monômero de Estireno para dentro dos silos da Videolar-Innova na unidade IV em Manaus. Este contrato tem o prazo de vencimento em 01 de agosto de 2019 com o valor mensal de R\$ 76.

O contrato de locação de equipamentos refere-se à locação de cilindro para nitrogênio firmado com a empresa WhiteMartins, por um prazo indeterminado.

* * *

Diretoria

Lírio Albino Parisotto - Diretor-presidente e residente Manaus

Claudio Rocha Filho - Diretor de operações e recursos humanos

Rubén Eduardo Madoery - Diretor comercial

Sergio de Oliveira Machado - Diretor industrial

Mario Daud Filho - Diretor jurídico e de compliance

Conselho de Administração

Lírio Albino Parisotto

Elie Linetzky Waitzberg

Tania Maris Vanin Parisotto

Phillip Wojdyslowski

Liz Vanin Parisotto

Contador

Antonio Carlos de Barros
CRC SP 193.292/O-6